

Política de Cotas: Um ano de estrutura

O que conseguimos

ESTADO	CONSELHO	COMISSÃO DIRIGENTE	CAPITAIS	CONSELHO	COMISSÃO DIRIGENTE
Acre	-	-	Rio Branco	29%	40%
Alagoas	?	22%	Maceió	25%	40%
Amapá	?	?	Macapá	?	?
Amazonas	?	?	Manaus	?	?
Bahia	-	-	Salvador	29%	36%
Brasília	20%	20%	-	-	-
Ceará	25%	20%	Fortaleza	39%	44%
Espirito Santo	27%	40%	Vitória	34%	30%
Goiás	25%	25%	Goiânia	22%	36%
Maranhão	0	0	São Luís	36%	20%
Mato Grosso	35%	33%	Cuiabá	35%	29%
Mato Grosso do Sul	26%	40%	Campo Grande	35%	14%
Minas Gerais	21%	28%	Belo Horizonte	33%	36%
Pará	20%	22%	Belém	?	?
Paraná	30%	27%	João Pessoa	40%	50%
Paraná	25%	31%	Curitiba	30%	29%
Pernambuco	28%	27%	Recife	-	-
Piauí	27%	36%	Teresina	50%	30%
Rio de Janeiro	30%	30%	Rio de Janeiro	37%	36%
Rio Grande do Norte	26%	25%	Natal	30%	30%
Rio Grande do Sul	26%	29%	Porto Alegre	?	?
Rondônia	24%	11%	Porto Velho	13%	40%
Roraima	?	?	Boa Vista	38%	38%
Santa Catarina	17%	24%	Florianópolis	19%	44%
São Paulo	?	33%	São Paulo	30%	32%
Sergipe	?	?	Aracaju	?	?
Tocantins	?	?	Palmas	?	?

Sem dúvida, os dados acima indicam que houve um avanço no número de mulheres que participam das instâncias de direção (estaduais e das capitais), sendo importante lembrar que não houve renovação na Direção Nacional, mantendo-se, assim, os índices de: cerca de 5% na Direção Nacional e apenas uma mulher na Executiva Nacional.

Consideramos que não há como negar que este avanço é decorrência da política aprovada no I Congresso (de cota mínima de participação), o que é uma vitória mas percebemos também que foi mais fácil atingir o índice de 30% nas instâncias de capitais do que nas Estaduais, onde a disputa pelo poder é mais presente..

A construção plena da participação política das mulheres é um processo que não se restringe a sua participação equitativa na direção. Sendo assim ressaltamos positivamente a presença de mulheres no quadro eleitoral de 1992: houve um maior número de candidatas e um maior número de eleitas.

Neste ano, o PT tomou consciência de que é uma realidade composta de homens e mulheres, estando mais visível a opressão existente em relação às mulheres, tanto na sociedade quanto no interior do próprio partido.

Hoje, já podemos perceber entre as mulheres uma maior consciência da identidade de gênero, o que nos fortalece para a superação da opressão.

O que falta conseguir

Não podemos deixar de tratar de alguns pontos que são importantes na análise e compreensão do alcance desta política neste um ano:

- * constatamos que, em vários locais, a política de cotas não foi implementada por absoluta falta de conhecimento desta e de outras deliberações do I Congresso;
- * não podemos esquecer que estamos saindo de um ano de disputa eleitoral, onde várias mulheres participaram das campanhas e, em decorrência disto, precisaram sair das instâncias de direção, o que dificultou a implementação das cotas;
- * no I Congresso aprovamos uma política de cota mínima de mulheres vinculada a toda uma política de combate às diferentes formas de discriminação; com propostas que se contrapunham à dinâmica de exclusão das mulheres nos espaços de participação política e de decisão, e, ao fim deste primeiro ano, vimos que as medidas complementares não foram aplicadas, sendo necessário a sua implementação;
- * ao defendermos a implementação das políticas de ação afirmativa, sabemos que os mecanismos que discriminam as mulheres precisam ser combatidos e que no ano em que o partido tiver uma participação equitativa das mulheres nas direções, não precisaremos mais de cota, pois será uma situação natural do dia-a-dia da construção partidária;
- * na verdade, precisamos ter claro que o fim da situação de discriminação e desigualdade das mulheres dentro do partido não depende só das mulheres e sim de todos os homens e mulheres que constroem este partido, sendo a implementação política de combate à discriminação responsabilidade, particularmente, das direções partidárias;
- * a estrutura partidária não facilita a participação das mulheres. Não existe um trabalho coletivo, com uma divisão de tarefas claras, discussão das possibilidades e limites de cada militante. Ainda se manifesta de várias formas a divisão sexual do trabalho na vida partidária (os homens fazem a "grande política" e as mulheres são as "auxiliares");

Tudo isto reforça uma dinâmica de exclusão das mulheres, mas também dos homens. Nestes 12 anos, quantos homens já entraram nas direções e não conseguiram permanecer? A responsabilidade pela implementação da política de cotas e pela transformação da dinâmica partidária é das mulheres e dos homens.

Neste ano, será realizado o 8º Encontro Nacional do PT, onde será eleita a primeira Direção Nacional após o Congresso. Mais do que nunca reafirmamos a necessidade de se garantir a política de cotas e a implementação das medidas complementares. Devemos estar alertas para que as Convenções, nos seus diversos níveis, apliquem a política de cotas e cumpram com a exigência de creche.

Acreditamos que os homens e as mulheres do PT têm possibilidade de avançarem na construção de uma sociedade sem discriminação e desigualdade.

SECRETARIA DE MULHERES
PT-RJ